

Políticas Públicas: a Necessidade de uma Visão de Totalidade em Oposição a uma Visão Reducionista e Fragmentada*

Márcia Simões Linhares Barreto**

RESUMO

Com o advento da globalização neste fim do milênio, a política do Estado mínimo e de acentuação do livre mercado - o neoliberalismo - busca expandir-se apoiada na revolução científico-tecnológica em curso, e que ora pretende crescer independente de regulamentação estatal.

Ao se tomar a "mudança global" como conceito transdisciplinar, cada vez mais se faz necessária a pesquisa, no sentido de traçar o caminho revelador, não só para as ciências sociais e humanas, como para outros co-partícipes, objetivando uma interdependência sincrônica.

É para esta possibilidade que se pretende chamar a atenção. O objetivo é falar da esquizofrenia como fruto da divisão do mundo entre duas forças absolutamente con- trapostas, mas igualmente poderosas: de um lado, o dever da globalização que nos acena, e de outro, o fantasma da fragmentação reinante, responsável não pela suposta globalização por interdependência como se propaga, mas pela competitividade ideada pela lógica própria do capitalismo na corrida do lucro.

As colocações expressas envolvem conceitos de técnicas de "Comunidade Justa", Valores e Ecologia Humana, não desprezando os aspectos cognitivos da educação.

1. Introdução

A Constituição do Brasil de 1988 altera significativamente o quadro social da nação rumo à conquista dos plenos direitos de cidadania: amplia o escopo dos direitos sociais e define um

novo padrão descentralizado de intervenção pública na área social, envolvendo importantes alterações na estrutura tributária e nas atribuições e responsabilidade do Estado.

Durante muito tempo buscamos estabilidade e segurança através de desenvolvimento de modelos, artefatos e processos que garantissem a sensação de domínio e controle sobre a natureza. Dessa forma, a necessidade de reformulação da política pública foi incorporada na estratégia de ação do governo, que nos permite viajar às reformas estruturais, via revisão constitucional, e às áreas sociais, sobretudo saúde e educação. Assim, discutem-se as exigências

**Márcia Simões
Linhares Barreto**

*Doutora em Educação;
Pesquisadora do
CNPq.*

(*) Trabalho apresentado no V Encontro Regional dos Estudantes de Psicologia Social e Escolar da Universidade Federal e Executiva Nacional de Psicologia - Sec. Reg. Sudeste I (MG/ES) - Uberlândia, abril/maio, 1995.

(**) Filiação Institucional: Pesquisadora do CNPq.

por uma visão globalizante, postas à política deste final de milênio. Evoca-se a possível origem da fragmentação e apresentam-se esforços que têm sido realizados na busca da visão de totalidade. Preferiu-se dedicar estas notas introdutórias a uma reflexão mais geral sobre o que, a nosso ver, constituiu a mais importante realização, no campo das políticas públicas, durante o atual governo: *as alterações dos princípios e direitos sociais asseguradas na Constituição*. Dada a nova moldura institucional, descortinar e reconstituir, nessas condições, as características das políticas recentes, identificando num determinado ano seu comportamento específico, constitui tarefa e um desafio quase impossível de ser enfrentado. As colocações que aqui se apresentam não poderiam deixar de ressentir-se dessas dificuldades.

Estudos realizados para avaliação destes programas de impacto imediato demonstram que as antigas carências em muito dificultam o sucesso de inovações.

A implantação da proposta como um todo, incluindo, por exemplo, o programa de Comunidade Solitária, variou de região para região, conforme a sua disponibilidade de recursos financeiros e de pessoal. Em determinadas situações, o Programa restringiu-se praticamente à recomendação de maior ou menor apoio suplementar, para as diferentes localidades.

Dado esse quadro, o ano de 1995, visto sob o prisma das políticas públicas e de seus resultados, vem sendo mais marcado pelos impactos sociais da retomada da aceleração do crescimento econômico sob o Plano Real do que pela efetivação dos compromissos sociais do governo.

2. Por uma Visão Esquizofrênica do Mundo

Os grandes problemas com os quais nos vemos envolvidos, que inadequadamente classificamos como sendo, exclusivamente, de natureza econômica, social ou política, demonstram ter em comum uma complexidade sem precedentes e o fato de fazerem parte de uma teia de relacionamentos interdependentes. Qualquer

tentativa de desfazer essa teia de relações parece requerer aptidão jurídica para ordenar as relações internas entre os cidadãos e executar as leis. A partir desse conceito, e começarei definindo sociedade civil como uma forma de governo democrático, embora sérias injustiças possam entretanto ocorrer. Nesta sociedade supõe-se que os princípios de justiça sejam, em sua maior parte, reconhecidos como os termos fundamentais de uma cooperação voluntária entre pessoas livres e iguais.

É por isso, "... porque todos sentem que a pauta já está dada e que sua ruptura implicará em desatar forças incontroláveis no parâmetro ora vigente, que a resposta, mesmo a mais crítica, ou é abstrata ou é tímida". (Cardoso 1981). Mesmo com a consciência de ser o Brasil um país tradicionalmente marcado pelo autoritarismo e a sociedade civil, inexperiente em termos de organização, é preciso que se discutam as relações do Estado com a Sociedade. E o ponto extremo das discussões tem de passar, necessariamente, pela questão democrática e, por consequência, pela questão social.

O Estado - "reforçado por suas funções de capitalista direto - e a burocracia - reforçada por seu vínculo técnico com a organização da administração e com a produção modernas - engolem, sugam da 'sociedade civil' as funções globalizadoras e as distorcem". (Cardoso, 1981).

É indispensável à Sociedade a certeza de que nenhum outro organismo, por maior que seja sua competência, é instrumento maior, mais habilitado e legítimo que ela própria, para consolidar e cristalizar suas liberdades políticas fundamentais.

Não é preciso fazer muito esforço para entender que, das oscilações no mercado financeiro à complexidade da natureza humana, muito pouco faz lembrar o determinismo e a linearidade que supostamente caracterizam o mundo.

O inglês Paul Kennedy, professor de História da Universidade Yale, refere-se ao futuro imediato dizendo: "Devemos viver em um mundo esquizofrênico". Segundo ele, essa

esquizofrenia seria fruto da divisão do mundo entre duas forças absolutamente contrapostas, mas igualmente poderosas: de um lado, a globalização e, do outro, a fragmentação.

A esquizofrenia prevista faz parte de uma realidade que, muitas vezes, tenta encobrir através de subterfúgios e justificativas que, via de regra, atribuem às pressões e dificuldades da conjuntura econômica, política e social a única origem dos problemas para os quais não encontramos soluções. Não é por acaso que David Bohm, físico da Universidade de Londres, alerta para a fragmentação e o estilhaçamento de nações, religiões, grupos, indivíduos nas famílias e no interior de si mesmos. Uma fragmentação que gera caos, violência, destruição. Ou como assevera *Capra (1975)*, nossa fragmentação interna espelha a visão que temos de um mundo "exterior" constituído por fatos e objetos isolados. Resulta daí uma iníqua distribuição de recursos naturais, desordem econômica, política e social e um ambiente feio e poluído.

Caminhar para uma visão totalizante e integrada da realidade parece indicar para o fato de que duelo globalização-fragmentação tem início em nós mesmos, o que justifica concentrar no indivíduo os esforços de superação.

Diante da necessidade de uma visão de totalidade por parte dos profissionais, sejam da educação ou de outras áreas, em oposição a uma visão do mundo reducionista e fragmentada, urge buscar alternativas que, referidas à visão de totalidade e unicidade, resgatem a integridade perdida do ser humano e do que ele construiu. É nesse contexto que se inserem os programas de *Comunidade Justa e Comunidade Solidária*. A Comunidade Justa que envolve a instituição escola com um todo, ou um grupo de professores e alunos que formam uma comunidade dentro do espírito democrático, discutindo seus problemas, não só acadêmicos, mas também de natureza moral como o uso de drogas entre os participantes, roubos, agressões, etc., que incluam educação ambiental e educação para a paz.

A "Comunidade Solidária" é um programa em que o "governo vem eliminando as estru-

ras tradicionais de assistência onde havia ineficiência e clientelismo". Hoje, há o compromisso de promover e incentivar parcerias entre os diversos níveis de governo e, sobretudo, entre o Estado e a sociedade civil. Aí está o desafio: identificar as políticas públicas e sociais através das quais se pode conseguir a mobilização da sociedade e a sensibilização dos governos, sejam dos estados e ou dos municípios. E criar propostas alternativas e inovadoras nos campos de trabalho e capacitação profissional para jovens.

Acredito que os esforços do programa "Comunidade Solidária" virão se somar às políticas públicas e sociais já existentes, cuja relevância reconhecemos como fundamental (em situação social e de risco), promovendo a cidadania, com a esperança de um país mais justo.

Para alguns políticos, entretanto, a "Comunidade Solidária" não passa de idiosincrasias dos governos que se sucedem e que acham desinteressante reformar, continuar, implementar e melhorar. Preferem destruir e reinventar. Enfrentar um ambiente globalizado e caracterizado por fenômenos interdependentes, a partir de uma formação humana que privilegia o pensamento reducionista e fragmentado, parece decisão que merece atenção. Por outro lado, merece revisão fazer do método cartesiano de pensar o bode expiatório, o mitigador de nossos sentimentos de culpa e de impotência, diante dos desafios com os quais nos temos defrontado. Alternativas devem ser buscadas. Elas não podem estar referidas aos mesmos pontos de vista que originaram as grandes questões para as quais não temos encontrado respostas significativas. Pode-se lembrar do Estatuto da Terra, de 1964, nunca implementado, que teria abrandado o ritmo das migrações rurais que incharam as metrópoles. O caso do BNH, que é outro exemplo, trouxe importante contribuição à desfavelação, criando uma tecnologia de infraestrutura urbana, que operou durante mais de uma década. Passou depois a subvencionar a classe média, sofreu inchaço político e alguma corrupção-eis que foi abolido em 1986, perdendo-se o núcleo de cultura habitacional que se havia criado.

Na área de alfabetização, surgiu o MOBREAL como uma outra iniciativa importante, que alcançou um alto grau de mobilização comunitária, e pereceu por ciúmeira burocrática do Ministério da Educação (Campos, 1995). A última vítima foi a Legião Brasileira de Assistência, cujos estatutos, concebidos por Dona Darcy Vargas, foram verdadeiras epístolas para época, constituindo um ministério materno-infantil, que dá origem às políticas públicas e sociais do país. Nos últimos tempos, surgiram os conflitos: a LBA sofreu de inchaço político e corrupção administrativa. Agora em 1995, foi dissolvida em favor do esquema impreciso da "Comunidade Solidária", interrompendo-se convênios e contratos. Apesar de nobres intenções, esse programa não passa do *Agir Tautológico* - contraditoriamente, podemos encontrar nos programas, se redimensionados, uma saída alternativa dirigida ao encontro da visão totalizante e integrada da realidade. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, pouco sabemos sobre nós mesmos. Esse descompasso não poderia passar despercebido, levando-nos a reflexões sobre o que se convencionou chamar progresso, ou desafio e oportunidade (Cardoso, 1995).

3. Programas de Desenvolvimento ou Normas Justas de Conduta

Não são poucas as críticas existentes aos programas de políticas públicas dos governos e aos sistemas de educação, pelo comprometimento que demonstram com a manutenção de determinado conjunto de dogmas e valores. Para essa circunstância nos alertam Bourdieu e Passeron (1975) ao afirmarem que a educação, seja nas escolas, empresas, exército, igreja, família ou outras instituições, perpetua o *status quo*, segundo interesses da classe dominante, configurando um processo que chamaram de reprodução.

Se, por um lado, não podemos deixar de admitir a significativa relevância do trabalho daqueles autores para a compreensão mais ampla da natureza da educação e do quanto esta produz em elementos para o controle social, por

outro, devemos admitir que a teoria da reprodução não considera a possibilidade de criação, intervenção, resistências dos seres humanos. É como se os autores negassem a si próprios. A teoria da reprodução oferece pouca esperança no sentido de mudanças.

É para a possibilidade de mudança que se voltam os chamados teóricos da resistência, criticando a teoria da reprodução, procurando argumentar que oposição, pensamento crítico e questionamentos freqüentemente recusam, negam as mensagens educacionais e, nesse sentido, podem influenciar e modelar um novo agir. No entanto devemos, como Giroux (1983), estar atentos ao fato de que muitas vezes a contestação pode não se expressar em uma resistência emancipadora, mas sim, estar instruída numa outra lógica dominadora.

Aplicada ao debate em torno da adequação dos programas de formação e desenvolvimento de educadores, a argumentação de Giroux permite colocar em destaque aspectos importantes, levando-nos a "*refletir sobre o que vem sendo desenvolvido como substituto ou complementar ao que se encontra sob crítica*".

Se, portanto, faz-se sentir a necessidade de uma visão integrada do ser humano que lhe resgate as dimensões esquecidas, como diria Chanlat (1990), igualmente faz-se sentir a necessidade de integrar o conhecimento fragmentado pela ciência tradicional, associando contribuições individuais de cada campo do saber, bem como as contribuições coletivas dos campos.

Interessante, também, é a possibilidade de utilizar tais contribuições em conjunto para o estudo de um mesmo temor, problema, fenômeno, evidenciando, portanto, os diferentes focos pelos quais podem ser descritos e as diferentes racionalidades que podem presidir tais descrições. Este exercício tem, portanto, em si, um caráter empático integrador, ajudando inclusive nas relações sociais. Não é por ingenuidade que a racionalidade dialógica de Habermas só pode ser construída sobre uma coerência entre teorias distintas, percebidas como fragmentos de um complexo multidisciplinar. É inútil, igualmente,

vincular conceitos às ações cotidianas, oferecendo-lhes um sentido significativo.

Vale a pena buscar inspiração nas teorias e metodologias pedagógicas, ainda que admitindo estarem elas, predominantemente, voltadas para a prática com crianças, o que pode significar limites.

A história da pedagogia nos revela, por exemplo, os chamados métodos predominantemente globalizantes, como os "centros de interesse" de Decroly, o "método de projetos" de W. Kilpatrick, o "método de complexos" de Blonsky e os "temas globalizantes" de Braune, Krueger e Rauch (1970), todos desenvolvidos no início deste século e, no entanto, tão atuais.

Decroly, ao perceber que as crianças tendem para representações globais, de conjunto, de totalidades, reagiu à organização fragmentada do ensino, propondo um processo que designou por centros de interesse.

Assim, em torno de centros como a família, escola, o mundo animal, o mundo vegetal, o mundo geográfico, o universo, idéias seriam associadas, configurando visões integradas da realidade.

Kilpatrick, com seu método de projetos, voltou-se originalmente para o trabalho manual, mas foi além. Propôs que, através de um trabalho desta natureza, como a construção de uma casa de coelhos, por exemplo, fossem integrados conceitos associados à geometria, ao desenho, ao cálculo, à história natural e outros.

Blonsky criou o método de complexos, também denominado de temas sintéticos. Consiste em concentrar a aprendizagem em torno de três grupos de fenômenos: a natureza, o trabalho produtivo e as relações sociais, todos atrelados a um tema central: o trabalho humano. Os complexos tratam de problemas que Blonsky considerava vitais: o ambiente da criança, a comunidade, o município, a república, as relações internacionais.

Braune, Krueger e Rauch, por sua vez, propuseram uma organização de ensino na qual planos e programas configuradores de visões fragmentadas do mundo seriam substituídos por

temas globalizantes, trabalhados por professor e alunos sob a forma de troca livre de impressões a respeito de algo.

Outros métodos e práticas podem ser pensados e, certamente, têm sido, ainda que timidamente, utilizados. Uma pesquisa empírica que levantasse o que vem sendo realizado, tanto em universidades como em outras organizações, na busca da visão de totalidade, não enriqueceria apenas nossos conceitos, mas também nossas práticas.

4. Discutindo a Pesquisa em Sociedade. Ter ou não Ter um Projeto Político Social - Eis o Dilema

Neste sentido, discutir a pesquisa em sociedade seria também um elemento integrador, cuja redefinição dos diferentes papéis das políticas públicas e sociais da educação em nossa sociedade parece inevitável. Os enfoques educacionais para solucionar problemas sociais parecem ter maior eficácia do que alguns outros "modelos" que foram tentados, por exemplo, modelos legais e médicos que têm se mostrado inadequados na investigação de questões referentes ao uso de drogas, crime e delinquência.

TER OU NÃO TER UM PROJETO, SEJA DE "COMUNIDADE JUSTA" ou de "COMUNIDADE SOLIDÁRIA". EIS O DILEMA.

A participação da comunidade na resolução de seus problemas tem sido negligenciada, pois soluções sociais têm sido buscadas fora da comunidade, esquecendo-se suas origens e inviabilizando-se o impacto de programas sociais.

Inovando, de alguma forma, até pela capacidade de atualizar conceitos e ações, Ruth Cardoso e colaboradores (1995) fizeram um cuidadoso exame das Evidências de Impacto, no campo das políticas públicas e sociais, apoiados no enfrentamento das novas e complexas questões sociais.

Prosseguindo, Cardoso (1995) explica que

o caso brasileiro ("Comunidade Solidária") trata de uma realidade que não tem um caráter "singular, convergente e fragmentável", mas sim, "múltiplo, divergente e inter-relacionado" verificando assim, o exercício da "avaliação responsiva naturalística", criando um novo programa e intensificando o uso de novos arranjos institucionais para a implementação das políticas sociais.

Como diz *Campbell*:

"Criar uma 'sociedade experimental' que faça da ciência sua serva e tome como seus valores o melhor da democracia e da ciência: honestidade, crítica aberta e boa vontade para mudar à vista de novas evidências. Ela pede ações que integrem as preocupações científicas e sociais pela adoção de avaliações rigorosas, racionais e científicas de novos programas e idéias que permitam desenvolvimento posterior do melhor e modificação ou parada daqueles que sejam ineficientes. Sugere, ainda, que desenvolvamos tais pesquisas de avaliação em 'ciência do povo' para que possam ser aplicadas de um modo 'faça-você-mesmo' com votação" (*Campbell, 1966*).

Neste sentido, após analisar nova evidência, no campo da teoria de ação social, refletindo o que *Campbell (1966)* chamou de "sociedade experimental", tento explicitar que é uma sociedade na qual o progresso é feito o melhor da ciência, e que em toda pesquisa a chave do sucesso não é a quantidade, mas sim a atenção cuidadosa dada à realidade empírica.

Com relação aos projetos de "Comunidade Justa", *Scharf (1978)* faz uma análise de situações já vivenciadas, explicando toda a trajetória deste projeto, ilustrando com o exemplo vivido numa prisão para mulheres em Connecticut, onde a hostilidade era mútua entre reclusas e guardas desta instituição e todas expressaram disposição para discutir as novas maneiras de "coexistência".

Nesta "comunidade", as reclusas, guardas e administradores faziam as negociações referentes ao controle da disciplina interna, que ficava a cargo das reclusas, assim como definiam os

objetivos e atividades dos programas. Havia "reuniões comunitárias", onde tratava-se de definir os tipos de questões que se encontravam sob a jurisdição desta comunidade. Ninguém mais apropriado que *Ruth Cardoso e colaboradores (1995)* para emprestar a este texto, nesta oportunidade, seu iluminado Programa de "Comunidade Solidária", o qual ilustra essa preocupação com a identificação de programas alternativos já existentes no Brasil.

A partir da "Comunidade Solidária" (1995), tento refletir sobre a questão da pesquisa em sociedade. Faz-se necessário observar que a ciência está começando a servir mais diretamente ao interesse público, como instrumento para tratar das preocupações da comunidade. É, pois, fundamental aspirar a uma ação política o menos mutilante possível. Suscitar este problema é importante ao nível não tanto de proclamações e programas, mas sim da estrutura de pensamento subjacente que comanda ao mesmo tempo a visão do mundo, a visão do homem, a visão da sociedade e a visão da política.

Na esfera das políticas sociais, a onipresença das interpretações baseadas no conceito de *Homo Economicus*, ou de qualquer outra abordagem que vê as pessoas em pedaços, já dá lugar à compreensão de que nos manifestamos como um todo cujos diferentes elementos estão intimamente interligados e de conceber a multidimensionalidade de toda a realidade antropro-social.

Ao contrário da crítica idiossincrática dos governos que se sucedem, devemos, sim, ousar, inovar e, acima de tudo, reconhecer as limitações da racionalidade, a qual se traduz nas políticas públicas e sociais, cuja articulação será possível no sentido de implementar uma política de curto prazo de combate ao cinturão de miséria que existe em nosso país, transformando de forma duradoura as práticas governamentais de atendimento às populações carentes.

A partir destes programas, fica claro que atualmente há um interesse crescente entre os pesquisadores sociais pela pesquisa qualitativa e pelas descrições etnográficas da vida desta população em situação de risco que inspirou

uma consciência cada vez maior do valor da teoria antropológica utilizada no contexto educacional e social, cujas questões levaram-nos a repensar a ecologia humana como identidade social.

5. Repensando Ecologia Humana como Identidade Social

Garbarino (1976) pesquisou questões que formam esboços de uma alternativa necessária para a ecologia humana, que deu origem a mudanças de participação.

Numa introdução sobre o "estado-da-arte" em sua pesquisa, *Garbarino, J. e Town, B. (1978)* estabelecem os principais objetivos que refletem as mudanças necessárias, e juntos formam os esboços de uma estratégia para definir o processo metodológico. Pela natureza da investigação e pelo caráter idiossincrático do fenômeno estudado, os autores apresentam o delineamento do estudo:

1 - Criar Demandas Situacionais de Participação - como imposição da lei numa sociedade livre só pode ser efetiva quando tem o apoio inato dos cidadãos. Reforçar a responsabilidade no jovem como "cidadão" é particularmente importante para os jovens com dificuldade pessoal e social, cuja cidadania acadêmica está sempre em questão.

2 - Criar um Clima Social que Encorage Observação Pessoal, Responsabilidade e Feedback - como não há substituto para o "policial que faz a ronda" na comunidade, não há melhor maneira para evitar o crime escolar que facilitar o desenvolvimento de relações pessoais entre a administração e os jovens (*Moos, 1976*). As escolas devem começar a operar como "sistemas de apoio" para jovens e administradores (*Caplan, 1976*).

3 - Esforço pela Heterogeneidade - como ambientes heterogêneos encorajam a individualização e individualização. A responsabilidade individual é um elemento-chave para estabelecer um clima inóspito para o comportamento

anti-social. Além do mais, a heterogeneidade permite o uso de grupos de pares para fins pró-sociais, onde o equilíbrio social favorece atitudes e comportamento pró-sociais.

4 - Arranjar Contingências para Reforçar o Comportamento Pró-social - Através de entrevistas informais e abertas, formulam-se as seguintes questões:

-Onde estão as recompensas na sociedade como sistema social?

-As recompensas são voltadas para o sucesso individual ou para o coletivo?

-A recompensa é por "livrar a culpa" ou por ser o protetor do seu semelhante?

-A boa cidadania é positivamente recompensada?

Estas 4 metas implicam uma necessidade de avaliação sistemática da escola como sistema social. Ao mesmo tempo a ecologia humana, como identidade social, é dominada por duas forças complementares - a despessoalização da sociedade através do tamanho excessivo (*Garbarino, p. 4, 26-29, 1976*) e um padrão geral de identidade social inadequado (*Bronfenbrenner, 1976*).

Estrutura, Políticas e Organização de uma escola afetam significativamente sua capacidade de funcionar como sistema de apoio- este é o ponto crucial da questão, que de acordo com *Caplan*, em seu trabalho "SUPPORT SYSTEMS AND COMMUNITY MENTAL HEALTH", 1976, - trabalha para compensar deficiências de comunicação na sociedade em geral, fornecendo aos indivíduos *feedback* sobre si mesmos, validações de suas expectativas sobre os outros e apoio para lidar com a emoção e controlar impulsos: "Eles dizem ao indivíduo o que é esperado dele e o orientam sobre o que fazer. Observam o que ele faz e julgam performance."

Comportamento anti-social, alienação, apatia, anomia e seus correlatos comportamentais são exemplos que ilustram a influência dos fatores sociais/estruturais que conduzem tais atividades e comportamentos, que surgem como adaptação psicológica a um ambiente social-

mente inadequado.

Na análise final, o conceito de estrutura, política e organização não deve ser reduzido a uma articulação bruta, intratável, não deve ser deixado tão amplo que perca sua utilidade conceitual num sentido teórico. O desafio mais urgente para aqueles que se dedicam a programas sociais é o de prover o conceito com bastante significado determinado, de forma que se opera dentro de um projeto sócio-político e metodológico bem definido. O que nos resta é formular uma visão de esperança crítica. Ao falar de esperança crítica, refiro-me ao fato de que enquanto ator social reconheço que os indivíduos são produzidos por meio de um embate de discursos conflitantes. Contudo, devo comprometer-me com o desenvolvimento de uma pedagogia crítica, capaz de nos ajudar a interrogar criticamente esses discursos, dando-nos um sentido de esperança. A esperança crítica significa que nós reconhecemos nossos eus exilados e, no entanto, permanecemos estratégica e teoricamente capacitados a reconstruir o conceito do eu e da liberdade em termos de gênero, classe, raça, política e cultura. Isto é, continuo aberta à práxis da possibilidade.

6. Conclusão

A visão de totalidade resgata a integridade perdida do ser humano e do que ele construiu. É nesse contexto que se inserem os programas de formação e desenvolvimento dos educadores e de diferentes profissionais, quer seja na área de estudos sociais e humanos, quer seja na área tecnológica.

Se aceitarmos que as dimensões física, intelectual, emocional e espiritual do ser humano são indissociáveis; se aceitarmos que as áreas do saber são manifestações diferenciadas de um único saber; bem como se aceitarmos que conceito e prática só assumem significado quando lhes percebemos a vinculação, poderemos entender as origens do pouco êxito daqueles programas, que insistem nas dissociações. Paradoxalmente, poderemos encontrar nos programas, se redimensionados, uma saída alternativa dirigida ao encontro da visão totalizante e integrada da realidade, buscando soluções para o impasse, através de revisões, tarefa que se impõe e que afeta as organizações, em busca de superar as limitações até então enfrentadas no trato da complexibilidade do mundo moderno.

ABSTRACT

With the advent of globalization at the end of this millenium, the policy that advocates the minimal State and emphasizes the free market - the neo-liberalism - searches for expansion, based on the current scientific technological revolution that now intends to grow independent of State's regulations.

Taking the "global change" as a transdisciplinary concept, research is more and more necessary to delineate the revealing path not only to the social and human sciences but also to others co-participants, objectivating a synchronic interdependence.

We intend to call attention to this possibility. Our objective is to discuss schizophrenia as a product of the division of the world in two forces absolutely opposite but equally powerful: the task of globalization that summons us and, on the other hand, the phantom of the prevailing fragmentation, that is not responsible for the supposed globalization by interdependence as it is spread about, but for the competitiveness engendered by the characteristic logic of the capitalism in its search for profit.

The positions that are exposed involve the concepts of a "Just Society", of Values and of Human Ecology, and they also take into account the cognitive aspects of education.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P., PASSERON, J. C.** *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Tradução de Reynaldo Bairo. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. 238 p. (Educação em questão).
- CAMPOS, R.** A geléia filantrópica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1995. p. 4
- CAPLAN, G.** *Support systems and community mental health.* New York, Grune & Stratton, 1976.
- CAPRA, F.** *O ponto de mutação.* Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982. 477p.
- CAPRA, F.** *O tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental.* Tradução de José Fernandes Dias. São Paulo: Cultrix, 1975. 274 p.
- CARDOSO, F. H.** Os anos Figueiredo: novos estudos. *CEBRAP*, n. 1, p. 10, dez. 1981.
- CARDOSO, R.** Comunidade solidária: o desafio e a oportunidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 1995. p. 3
- CHANLAT, J. F.** *L'individu dans l'organization: les dimensions oubliées.* Quebec: Presses de l'Université Laval: Eska, 1990. 842 p. (Sciences de l'administration).
- GARBARINO, J., BRONFENBRENNER, U.** The socialization of mode judgment and behavior in cross-cultural perspective. In: LICKONA, T. (Ed.) *Moral development and behavior.* New York: Holt Rinehart and Winston, 1976.
- GARBARINO, J., TOWN, B.** The human ecology of school crime: a case for small schools. In: WENK, E., HARLOW, N. (Ed.) *School crime and disruption.* Davis, CA: Responsible Action, 1978. p. 155-67.

- GIROUX, H. A.** Theories of reproduction and resistance in the new sociology of education: a critical analysis. *Harvard Educational Review*, v. 53, n. 3, p. 257-93, Aug. 1983.
- HABERMAS, J.** *Moral consciousness and communicative action*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- IANNI, O.** *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. 194p.
- LARROYO, F.** *História geral da pedagogia*. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 2 v.
- MOOS, E.** Evaluating and changing community setting. *American Journal of Community Psychology*, New York, n. 4, p. 313-26, 1976.
- ROSSI, C.** China cresce e EUA param na entrada do século 21. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1993. p. 4.
- SCHARF, P.** Democratic education and the prevention of delinquency. In: WENK, E. HARLOW, N. (Ed.) *School crime and disruption*. Davis, CA: Responsible Action, 1978. p. 220-35.
- WEBB, E., CAMPBELL, D. T., SCHWARTZ, R., SECHREST, L.** *Unobtrusive measures: nonreactive research in the social sciences*. Chicago: Rand Mc Nally, 1966.
- WENK, E., HARLOW, N. (Ed.)** *School crime and disruption*. Davis, CA: Responsible Action, 1978. 238 p.